




July 2012

O Colégio da Bahia e o Ensino Superior: A Formação da Elite na American Portuguesa, 1572 a 1759 [The College of Bahia and Higher Education: Educating the Elite in Portuguese America, 1572 a 1759]

Karl M. Lorenz
Sacred Heart University

Ariclê Vechia
Universidade Tuiuti do Paraná, Brazil

Follow this and additional works at: http://digitalcommons.sacredheart.edu/ced_fac

 Part of the [Curriculum and Instruction Commons](#), [International and Comparative Education Commons](#), and the [Social and Philosophical Foundations of Education Commons](#)

Recommended Citation

Vechia, A; Lorenz, K. M. O Colégio da Bahia e o ensino superior: a formação da elite na American portuguesa, 1572 a 1759 [The College of Bahia and higher education: educating the elite in Portuguese America, 1572 a 1759]. In: Díaz, J. M. H. (org.) *Formación de elites y educación superior em Iberoamérica* (SS. XVI-XXI). Salamanca: Herger Ediciones Antema, 2012, Vol. 1, p. 257-267.

This is brought to you for free and open access by the Isabelle Farrington College Of Education at DigitalCommons@SHU. It has been accepted for inclusion in Education Faculty Publications by an authorized administrator of DigitalCommons@SHU. For more information, please contact ferribyp@sacredheart.edu.

O COLÉGIO DA BAHIA E O ENSINO SUPERIOR: A FORMAÇÃO DA ELITE NA AMERICA PORTUGUESA, 1572 A 1759

Ariclê Vechia

e-mail: arikele@gmail.com

(Universidade Tuiuti do Paraná, Brasil)

Karl Michael Lorenz

e-mail: lorenzk@sacredhearth.edu

(Sacredhearth University, USA)

A Companhia de Jesus e seu ensino

Dentro do espírito da Contra-Reforma empreendida pela Igreja Católica, no século XVI, foi fundada a Companhia de Jesus por Inácio de Loyola, na Capela de Montmartre, em 17 de agosto de 1534. Apresentava como principal propósito a propagação da fé e o progresso das almas na vida e na doutrina cristã. Reconhecida por Roma, em 1540, a Ordem ficou diretamente vinculada à autoridade papal. No campo educacional, se propunha a fornecer uma formação sólida na doutrina católica para seus futuros membros. No entanto, o modelo evangelico começou a sofrer abalos resultantes de tensões no interior do Ordem tendo como consequência a abertura dos primeiros colégios não exclusivos para jesuitas. A crescente demanda por educação em toda a Europa e a boa reputação de suas escolas, fizeram com que os colégios jesuitas se expandissem por grande parte da Europa.

Esta proliferação de seus colégios resultou numa relação conflituosa com as universidades já existentes. Parte das discórdias estava centrada na adoção, pelos Jesuitas, do conceito hierarquico dos campos de conhecimento que causava impacto na estrutura universitária tradicional. As universidades eram, via de regra, compostas por quatro faculdades: Artes e Ciências, Direito, Medicina e Teologia. Porém, no conceito emergente dos Jesuitas, e de acordo com sua missão de formar padres e teólogos, a universidade Jesuita não prepararia alunos para Medicina e Direito, deixando esta responsabilidade para universidades já estabelecidas. Dentro desta ótica, o Colégio, com seu curso de Humanidades, oferecia estudos propedeuticos para os estudos de Filosofia e Teologia.

Assim, quando do estabelecimento do *Ratio atque Instituto Studiorum* - plano de estudos seguido nas escolas da Companhia de Jesus, em 1599, foram propostos três cursos: Letras, Filosofia ou Artes, e Teologia. Os cursos eram organizados numa sequência tal, que cada curso fornecia a preparação necessária para se prosseguir no seguinte. Ignácio de Loyola determinou quais as matérias deveriam ser ensinadas, em todos os níveis, indicando nominalmente o que não deveria ser ensinado por ser parte de um foro contencioso - o Direito Canônico, as Leis e a Medicina. Posteriormente, admitiu-se que estas matérias poderiam ser ensinadas nas suas escolas desde que os professores não fossem jesuítas. Nos Colégios Jesuítas, a escolaridade poderia ir desde o ensino das primeiras letras até o nível Universitário. Esta proposta foi inspirada nas *Institutio Oratoria* de Quintiliano trazido á tona no Renascimento e na Universidade de Paris, centro de uma vigorosa restauração tomista nos princípios do Século XVI¹.

Esta hierarquia - Letras Humanass, Filosofia, Teologia - estabelecida pelo *Ratio Studiorum*, deixava clara a relação singular entre a Filosofia e a Teologia. Os ensinamentos de Aristóteles deveriam estar no cerne de toda a instrução filosófica, e os escritos de São Tomás de Aquino, - que sintetizam a filosofia aristotélica e a teologia cristã, - deveriam ser a base para a teologia ensinada nas instituições Jesuíticas². O pensamento de Aristóteles foi concebido como essencial para a plena apreciação e assimilação do pensamento de Tomás de Aquino. O curso de Filosofia visava a «formação científica da inteligência para a teologia» portanto, encaminhava-a para um fim moral e religioso. A primeira regra dos professores era- versar a Filosofia, com tal arte «procurando sinceramente em todas as coisas a honra e a glória de Deus», de modo a preparar os alunos, principalmente os da Companhia para a «teologia e acima de tudo os estimule ao conhecimento do criador»³. Neste aspecto é que incidiram as críticas mais severas ao ensino filosófico dos jesuítas, acusando-o de entrar o processo histórico iniciado no renascimento que colocava a Filosofia numa visão antropocêntrica deixando de lado a Filosofia Teocêntrica da Idade Média.

O papel do Colégio Jesuíta com relação às universidades tradicionais resultou em diferentes tipos de relacionamento entre os dois níveis de ensino. Na Itália e Espanha, por exemplo, em virtude da oposição dos professores ao ensino da Companhia na Universidade, os colégios jesuítas permaneceram em grande parte separados das mesmas. Na Alemanha, os colégios jesuítas que no início permaneceram independentes das universidades, ao longo do tempo, foram incorporados à estrutura universitária e os jesuítas convidados para lecionar em faculdades e administrar universidades. Em Portugal, a relação entre o colégio jesuíta e a universidade semelhante a da Alemanha, porém, não sem conflitos acirrados⁴.

Ainda mais, os Jesuítas fundaram suas próprias universidades, algumas com duas e outras com três faculdades. Na Alemanha, por exemplo, nas cidades de Dillengen, Bamberg, Paderborn e Molshein, os Jesuítas fundaram

universidades com duas faculdades: a de Filosofia e a de Teologia. Em algumas instituições, posteriormente foram criadas faculdades de Direito e Medicina porém, os professores não eram jesuítas⁵. Em outras universidades Jesuítas, havia um número maior de faculdades, como no caso da Universidade de Évora, que era composta de três faculdades: Humanidades, Artes ou Filosofia, e Teologia Especulativa e Moral. Neste esquema, os estudos oferecidos no Colégio foram incorporados, como faculdade, na estrutura universitária.

Com a expansão da Companhia no meio educacional, a subordinação da Filosofia à Teologia e aos demais estudos superiores foi adotado em várias Universidades europeias nas quais os Jesuítas assumiram o controle administrativo. Os alunos eram proibidos de se matricular em outras faculdades enquanto não completassem os três anos de estudos de Filosofia. Isto gerou resistência dos alunos de Medicina e de Direito que consideravam-no um «preparatório» muito pesado. No entanto, em alguns casos em que o poder temporal exerceu influência decisiva sobre os colégios e as universidades os estudantes de Direito e Medicina foram autorizados a concluir os estudos de Filosofia em dois anos⁶.

Os Jesuítas em Portugal e na colônia americana

A influência da Companhia de Jesus se deu em Portugal de forma marcante. Em 1540, alguns jesuítas foram para lá por solicitação do rei, D. João III, pois pretendia, enviá-los como missionários à Índia. Estes padres auxiliados por Inácio de Loyola insistiram junto ao Rei a abertura de um Colégio em Coimbra, a cidade acadêmica. D. João III planejava abrir um colégio preparatório aos estudos da Universidade, mas já havia feito contato com os dirigentes do Colégio de Bordéus para oferecer um curso semelhante aos dos colégios franceses. Não obtendo êxito, conseguiram autorização para abrir o Colégio do Espírito Santo em Évora no ano de 1542, ainda mais, D. João III cedeu o Mosteiro de Santo Antão em Lisboa, para servir de residência e colégio para os da Companhia. O Cardeal D. Henrique, arcebispo de Évora e irmão do Rei, conseguiu a permissão de abrir uma cadeira de Filosofia ou Artes na cidade, instaurada em 1556. Solicitou e obteve permissão do Papa para criar uma Universidade eclesiástica para a formação de Teólogos que ofertou o primeiro curso em 1559. Nesta permissão não estavam incluídos os cursos de Medicina, Direito Civil e as partes contenciosas do Direito Canônico, não previstos nas *Constituições*. Da Universidade de Évora, constavam as seguintes faculdades: Humanidades, Artes ou Filosofia, Teologia e casos de Consciência ou Teologia Moral.

Ainda em 1542, conseguem permissão do Rei para abrir o Colégio de Jesus em Coimbra. Ávidos por assumir o controle do ensino, aos poucos exigem e conseguem licença para conferir graus acadêmicos e em 1555, assu-

mem a direção do Real Colégio da Artes de Coimbra que fora fundado em 1547 pelos «bordaleses»⁷.

Exercendo já grande influência em Portugal, quando o Rei de Portugal, D. João III colocou em prática uma nova política administrativa para a sua Colônia na América, estabelecendo um Governo Geral com sede na Bahia, confiou grande parte do empreendimento à Companhia de Jesus. Dentre os objetivos dessa política constava o de conversão dos indígenas à fé católica pela catequese e instrução. Um dos pontos fulcrais desse empreendimento era, portanto, a «aculturação sistemática e intensiva do elemento indígena aos valores espirituais e morais da civilização ocidental e cristã» que deveria ser realizada principalmente nos Recolhimentos que deveriam ser criados. Portugal considerava que somente por este meio poderia lançar raízes profundas no solo do novo continente. Tomé de Souza ao chegar na Bahia de Todos os Santos, em março de 1549 trazia além do corpo administrativo de seu governo, seis missionários jesuítas sob a chefia de Manuel de Nóbrega. Formado em Filosofia pela Universidade de Salamanca e em Cânones pela Universidade de Coimbra, logo após sua chegada, fundou a primeira escola de ler e escrever no Brasil, onde também se ensinava a doutrina cristã e providenciou também a construção de uma casa «para se recolherem e ensinarem os moços dos gentios e também dos cristãos»⁸.

Como auxílio de outros missionários, recém-chegados e meninos órfãos vindos de Lisboa, Nóbrega fundou em 1551, o Colégio dos Meninos de Jesus, empreendendo, então, uma obra de atração dos meninos indígenas e dos filhos dos colonos para a fé católica. O Colégio da Bahia, tornou-se o centro mais eficaz de catequese, de difusão da língua e da civilização ocidental e cristã, no Brasil⁹.

Porém, estes ideais deixaram de ser prioridade principalmente com a aprovação das Constituições de 1556. Depois da morte de D. João III e da vinda do 2º Governador Geral, Nóbrega apesar de ser Provincial do Brasil passou a ser uma voz isolada. A educação começou a tomar novos rumos e a ser direcionada para outra clientela. Com a elevação do colégio à categoria de canônico, o Colégio dos Meninos de Jesus foi transformado em Colégio de Jesus da Bahia. Em 1564 no reinado de D. Sebastião, o então regente, Cardeal D. Henrique, - baixou uma provisão mediante a qual a Companhia de Jesus deveria receber a redízima - das rendas de El Rei na colônia brasileira para a manutenção do Colégio de Salvador na Bahia e para auxiliar os padres nos aldeamentos indígenas da Bahia¹⁰.

Com estes recursos financeiros, foi possível concluir o novo edifício do Colégio de Jesus que comportaria mais alunos e cursos mais avançados. Segundo Leite¹¹ a primeira classe de Latim, foi fundada em 1553 e ficou sob a responsabilidade do Irmão Blasques que adotou a Gramática do Padre Manuel Álvares, utilizada em praticamente todo o mundo. A partir de 1564, data da dotação oficial do Colégio por El - Rei, os estudos de Letras Humanas

não foram mais interrompidos, quer recebendo o nome de Humanidades ou Gramática.

Os estudos no Colégio da Bahia, adaptados às disposições das Constituições, seguiram de perto os programas do Colégio de Évora, fundado pela Companhia. O programa desse Colégio em 1563 previa a seguinte distribuição das classes:

«Retórica- 6º livro da Eneida, o 3º das Odes, *De Lege Agraria* e *De Oratore*, de Cícero; em Grego, os *Dialogos* de Luciano; Humanidades – *De Bello Galico*, o 10º livro da Eneida e estudo da Gramática Grega; Gramática – 1ª classe - o 5º livro da Eneida, a *Retórica* do Pe. Cipriano Soares, e o *Discurso Post Reditum*, de Cícero; 2ª classe – Cícero, *De Officiis*, e Ovídio, *De Ponto*; 3ª classe – Ovídio, *De Tristibus*, e cartas de Cícero; 4ª classe – *Cartas Familiares* de Cícero e a 2ª parte da gramática latina; 5ª classe – rudimentos de gramática latina, com uma seleção de cartas de Cícero»¹².

Segundo Leite¹³ estes estudos eram adotados antes última versão do *Ratio Studiorum*, depois tiveram maior extensão, mas correspondem, em certa medida, aos adotados no Brasil. Havia alguma diversidade no número de classes e de autores. Por exemplo, no Brasil eram estudados Quinto Curcio e Sêneca, não mencionados em Évora. Grego não se estudou no Brasil no século XVI. Em compensação, havia o que os padres pitorescamente chamavam de Grego da Terra, que era a língua Tupi. Os padres organizaram uma Gramática desta língua e a ensinavam no Colégio. Enfim, a língua é o instrumento apto e próximo para a conquista das almas, eis o porquê de seu ensino no Brasil. Depois do curso de Letras ou Humanidades vinha o de Artes ou Ciências Naturais, como então se denominava o curso de Filosofia, e abrangia a Lógica, a Física, a Ética e a Matemática. O curso começou em 1572, e foi o primeiro curso de Artes (Filosofia e Ciências) no Brasil, sendo lente o Pe. Gonçalo Leite, recém-chegado de Portugal.

O curso de Teologia ministrado no Colégio da Bahia, dividia-se em Moral, que estuda os atos, virtudes, vícios, etc, também chamado de «Lição de Casos» e em Especulativa que estudava o dogma católico. As «Lições de Casos» tiveram início na Bahia, em 1565, e assistiam a ele os clérigos da cidade. Os temas mais tratados eram relacionados aos sacramentos, à liberdade do índio, ao batismo e casamento dos índios, à missa, se era lícito ter e vender escravos, etc. Poderiam ser lidas «algumas matérias de São Tomás, sem deixar de ler Caetano ou Navarro, de maneira que dentro dos quatro anos se leiam as seguintes matérias morais: *Contractibus, Restitutione, Voto, Iuramento, Sacramentis et Censuris*. As conferências dos casos eram efetuadas pelo menos duas ou três vezes por semana e eram feitas muitas consultas à Ordem em Portugal¹⁴.

O curso de Teologia Especulativa principiou em 1572, junto com o Curso de Artes e em 1575, para os externos. Em 1586, ainda antes da primeira versão do *Ratio*, o Pe. Visitador deixou as seguintes instruções: Haverá também uma lição de Teologia na qual, enquanto não chegar a ordem dos estudos, que de Roma se enviará a todas as províncias, se guardará esta, a

saber: que explicarão as três partes de São Tomás, com tal ordem que, em quatro anos, se leiam as principais matérias do especulativo: «no 1º ano a matéria de *Beatitudine, Scientia Dei, Voluntae Dei, Praedestinatione, Trinitate, et Angelis*; no 2º e 3º anos, de *Voluntario, Peccatis, Gertia, Fide, Spe et Charitate*, no 4º ano de *Incarntatione* e as mais que puderem dentro dos quatro anos»¹⁵.

Os primeiros graus de bacharel em Artes datam de 1575 e conferiram-se aos alunos que principiaram o curso em 1572. São os «primeiros graus acadêmicos que se deram na América Portuguesa; portanto é uma data a marcar na História da Instrução Luso-Brasileira». O próprio redator da Carta Anua, correspondente pressentiu a transcendência desse fato, porque diz, não sem ênfase, que foram os primeiros «graus» a que «ninguém ate ali tinha subido no Brasil desde todos os século». Como era natural, os habitantes de da cidade de Salvador assistiram em massa a cerimônia¹⁶.

No ano seguinte, foram licenciados alguns estudantes externos e quatro Jesuítas; e, em 1578, conferiu-se o Grau de Mestre em Artes a três externos e a dois da Companhia. O ato se revestiu de pompa extraordinária na Igreja do Colégio, com a assistência do Governador Geral e do Bispo. Foi precedido de disputa pública, recitaram-se epigramas, e houve música de instrumentos e vozes. O grau de Mestre em Artes «era então mais estimado do que é hoje o de doutor por qualquer academia», no século XX. Os cursos de Artes dos colégios do Brasil colônia, além de seguirem o mesmo plano pedagógico que os jesuítas utilizavam na Europa, reproduziam os rituais das universidades europeias. O curso de Artes no Colégio da Bahia apresentava-se como uma Faculdade de Filosofia, de direito pontifício e de feições e praxe universitária, e com a mesma praxe e solenidade dava o grau de mestre em Artes aos externos¹⁷.

Em 1581, ocorreram novos doutoramentos e elevaram-se à dignidade de Mestre alguns externos. Foi um espetáculo europeu. Diz uma carta assinada por Anchieta:

«o número de estudantes aumentou este ano: 100 além dos meninos de escola elementar, que são quase outros tantos. Nestas regiões, onde ninguém cultiva as letras, e todos se dão aos negócios, é o máximo. A cerimônia fez-se ainda com maior solenidade e com o aparato costumeiro nas Academias da Europa. Não faltou nem o anel, nem o livro, nem o cavalo. Nem o pagem do barrete, nem o capelo feito de estofa de seda»¹⁸.

Assim como na Universidade de Évora, o «magistrando» seguia à direita do Reitor, com o capelo de seda azul vestido. Ia o padrinho, que deveria ser nobre ou constituído com dignidade. Iam os Mestres e Professores e, à frente do cortejo, «os trombetas e Chamarelas». A imponência deste cortejo e a pompa da imposição de insígnias provocaram alvoroço na cidade¹⁹. Tais festas e doutoramentos marcam o apego dos estudos no Brasil, no século XVI.

Depois da concessão dos graus de Mestre e Doutor a muitos alunos, era natural que os habitantes da Colônia desejassem a equiparação destes estudos aos conferidos pelas Universidades da Metrópole. Em 1583, o P. Miguel Garcia receou que se elevasse o Colégio a Universidade e comunicou à Roma seus temores. Enfim, determinou-se que para se conferir grau de doutor em Teologia a estudantes externos neste Colégio é necessário que os examinadores sejam doutores em Teologia, segundo parecia indicar a bula do Papa²⁰. Neste período de 1580 a 1640 Portugal estava sob o trono da Espanha, que desejava restringir os estudos em Portugal até mesmo na Universidade de Évora²¹.

Levantada a questão, ela protelou-se por anos, até que assumiu aspecto agudo no tempo do P. Marçal Beliarte que não transformou o Colégio em Universidade de fato, porque o contrariaram na Bahia e em Roma. No dia 12 de julho de 1590, no entanto, deu o grau de Bacharel a 12 alunos externos com as costumeiras festas, assistindo o Bispo D. Antonio Barreiros.

A Câmara Municipal da Bahia, atuando nos interesses das elite da Colônia, pediu à Coroa, em 1592, a concessão de status de universidade ao Colégio da Bahia. Argumentava que a instituição ofertava todos os cursos ofertados na Universidade de Évora. De fato, a Universidade de Évora era composta pelos cursos de Humanidades, Artes ou Filosofia, Teologia e Casos de Consciência Moral. O Cardeal D. Henrique havia conseguido junto ao Papa, a criação de uma Universidade onde se lecionasse todas as Ciências com exceção de Medicina, Direito Civil e parte do Direito Canônico, pois as Constituições da Ordem não permitiam seu ensino²². Esta era portanto, uma Universidade de direito canônico cuja finalidade primordial era a formação de teólogos.

No século XVII, o Colégio da Bahia, assim como todas as instituições de ensino jesuíticas passaram a seguir o prescrito pelo *Ratio Studiorum* que tinha por finalidade uniformizar o ensino ministrado em todas as partes do mundo. O Curso de Letras Humanas, o mais elementar de todos era dividido em três partes: Gramática, Humanidades e Retórica. Tinha por finalidade a aquisição de uma expressão oral e escrita clara, elegante e correta, erudita de eloquência persuasiva, em Latim. A base de toda a escolarização estava asentada no Latim, inclusive o ensino de Grego era realizado através da língua latina. Os estudos de Gramática estavam ordenados segundo três graus sucessivos de dificuldade crescente: *Infima Classis Grammaticae*, onde se estudavam as declinações e os gêneros da língua latina; *Media Classis Grammaticae*, as conjugações e *Suprema Classis Grammaticae*, a sintaxe²³.

Do estudo da Gramática passava-se ao curso Humanista que é a arte acabada da beleza da composição oral e escrita que passava pelo estudo da poesia e da prosa dos grandes autores latinos. Liam-se as obras de Cícero, César, Salústio, Tito Lívio, Virgílio e Horácio, assim como Isócrates, São Crisóstomo, Platão, Sinésio, Plutarco e Focílides. Na Retórica, que é a expressão

perfeita, em prosa e verso, e abrange os conhecimentos teórico e prático dos preceitos da arte do bem dizer, utilizava-se principalmente as obras de Cícero e Aristóteles. Paralelamente a estes cursos, estudava-se sob o nome de erudição, conhecimentos de história, arqueologia, Geografia, Mitologia, Usos e Costumes. Os *Studia Superiora*, eram cursos de estudos avançados, destinados aos alunos que completassem com sucesso o currículo Humanista. A proposta era inspirada nas *Institutio Oratoria* de Quintiliano trazido à tona no Renascimento e, na Universidade de Paris, centro de uma vigorosa restauração tomista nos princípios do Século XVI²⁴. Basicamente, era um programa de universidade que consistia em dois campos de estudo: Filosofia e Teologia.

O curso de Artes também chamado de Ciências Naturais ou Filosofia tinha três anos de duração. No primeiro ano estudava-se Lógica. No ano seguinte, estudava-se Cosmologia, Física e Psicologia. No terceiro ano, os alunos estudavam Psicologia, Metafísica e Filosofia Moral. Este curso conferia os graus de Bacharel e Licenciado. O curso de Teologia era desenvolvido em quatro anos, estudando-se dois anos de Escritura Sagrada e Hebreu, dois anos de Teologia Moral e quatro de Teologia Escolástica. Este curso conferia o grau de Doutor²⁵.

Embora os estudos do Colégio da Bahia fossem idênticos aos do Colégio de Évora, o grau conferido por aquele não tinha o mesmo valor deste último que, além de ser reconhecido pelo direito pontifício, como o da Bahia, o era também pelo reino português. Deste modo, os graduados em Artes por Évora poderiam ingressar diretamente nos cursos de Medicina, Direito, Cânones e Teologia da Universidade de Coimbra. Os graduados na Bahia eram obrigados a repetir o curso em Coimbra ou Évora, ou, ainda a prestar o exame de equivalência²⁶.

Na segunda metade do século XVII, reiniciou-se um longo processo de solicitar a equivalência dos estudos na Bahia aos de Évora e até mesmo aos de Coimbra. A partir de 1662 a Câmara Municipal da Bahia enviou ao Rei numerosos requerimentos com este teor. Chamados a dar parecer sobre as solicitações, a administração da Universidade de Coimbra indefiniu os pedidos. Enfim, o Colégio da Bahia era um colégio jesuíta e a rivalidade entre a Universidade de Coimbra e a Companhia de Jesus vinha de longa data. O Real Colégio das Artes de Coimbra cujo curso dava direito à entrada nos cursos da Universidade de Coimbra, foi entregue à Companhia apesar da oposição dos dirigentes da Universidade. Mais tarde a companhia acabou, de alguma forma a assumir o controle até mesmo da Universidade²⁷.

Em 1677, houve uma resolução da Mesa de Consciência mandando «levar em conta, geralmente» os estudos de Lógica realizados no Colégio da Bahia, para efeito de admissão ao curso de Direito de Coimbra.. Finalmente, em 1689, através de uma carta régia, o Estado deu estatuto civil aos colégios jesuítas no Brasil. Na prática significava que os estudantes graduados em filosofia já não precisavam frequentar cursos complementares em Portugal nem

se submeter a exames de equivalência se pretendessem ingressar nos cursos de direito, cânones, medicina e teologia na Universidade de Coimbra²⁸.

Para subsidiar os estudos o Colégio da Bahia possuía uma biblioteca com um acervo estimado em quinze mil livros. No decorrer dos anos, possuía excelentes bibliotecários, muitos deles que tinham trabalhado em Coimbra. Possuía também, amplas instalações com 30 «cubiculos» que serviam de dormitório, salas de aula, Botica, casa de hóspedes, etc., a construção era sólida, ao estilo das construções portuguesas. Enfim, a cidade de Salvador era a sede do governo português no Brasil²⁹.

O Estado, finalmente, em 1689, através de uma carta régia, deu estatuto civil ao Colégio. Os estudantes que se graduassem em Filosofia, já não precisavam frequentar cursos complementares nem se submeter a exames de «equivalência» se pretendessem ingressar nos cursos de Direito, Cânones, Medicina e Teologia na Universidade de Coimbra. No entanto, a Metrópole nunca reconheceu estes estudos como estudos universitários. Eles poderiam ser de fato, mas não de direito.

Conforme Serafim Leite³⁰, numa hora de crise da civilização cristã fechou-se o Real Colégio da Bahia, com um ato violento alheio à sua própria existência. Durante mais de dois séculos foi frequentado por inúmeras gerações de estudantes, que ocuparam depois todos os cargos da vida pública brasileira, ou foram grandes nomes nas letras desde o Pe. Vieira, e toda a legião de escritores da Companhia, que o frequentavam em 1759, quando o Colégio foi militarmente fechado.

Notas:

- ¹ CUNHA, Luiz. A. *A Universidade Temporã: O ensino Superior da Colônia à Era Vargas*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.p25.
- ² HELLYER, Marcus. *Catholic Physics: Jesuits Natural Philosophy in Early Modern Germany*. Indiana, Notre Dame University Pres.2005,p.5.
- ³ FRANÇA, Leonel. *O Método Pedagógico dos Jesuítas*. Rio de Janeiro, Agir, 1951.pp.158,9.
- ⁴ HELLYER, M. *Catholic Physics: Jesuits Natural Philosophy in Early Modern Germany*. Indiana, Notre Dame University Press.2005.p.56.
- ⁵ HELLYER, M. *Catholic Physics: Jesuits Natural Philosophy in Early Modern Germany*. Indiana, Notre Dame University Press.2005. p.73.
- ⁶ HELLYER, M. *Catholic Physics: Jesuits Natural Philosophy in Early Modern Germany*. Indiana, Notre Dame University Press.2005. p.58,9.
- ⁷ CARVALHO, Rômulo. *História do Ensino em Portugal: desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime de Salazar-Caetano*. Lisboa, Calouste Gulbenkian,2001.p.298.
- ⁸ LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*.t.1. Lisboa/Rio de Janeiro, Portugal/ Civilização Brasileira, 1938.pp.21-3.
- ⁹ LEITE, S. *História da Companhia de Jesus no Brasil*.t.1. Lisboa/Rio de Janeiro, Portugal/ Civilização Brasileira, 1938.p. 36.
- ¹⁰ MATTOS, Luiz A. *Primórdios da Educação no Brasil: o período heroico*.Rio de Janeiro, Editora Aurora,1958,p.135.
- ¹¹ LEITE, S. *História da Companhia de Jesus no Brasil*.t.1. Lisboa/Rio de Janeiro, Portugal/ Civilização Brasileira, 1938.p. 72
- ¹² CARVALHO, Laertes R. Ação Missionária e Educação.in: HOLANDA,Sérgio,B.*História Geral da Civilização Brasileira: Época Colonial*. t.1. São Paulo.Difusão Europeias do Livro, 1972.p.143.
- ¹³ LEITE, S. *História da Companhia de Jesus no Brasil*.t.1. Lisboa/Rio de Janeiro, Portugal/ Civilização Brasileira, 1938.pp.75,6.
- ¹⁴ CARDIM, Fernão.*Tratado da Terra e Gente do Brasil*.São Paulo/ Rio,1939,239.
- ¹⁵ LEITE, S. *História da Companhia de Jesus no Brasil*.t.1. Lisboa/Rio de Janeiro, Portugal/ Civilização Brasileira, 1938. pp.79.
- ¹⁶ LEITE, S. *História da Companhia de Jesus no Brasil*.t.1. Lisboa/Rio de Janeiro, Portugal/ Civilização Brasileira, 1938. .
- ¹⁷ LEITE, S. *História da Companhia de Jesus no Brasil*.t.1. Lisboa/Rio de Janeiro, Portugal/ Civilização Brasileira, 1949, p. 193.
- ¹⁸ LEITE, S. *História da Companhia de Jesus no Brasil*.t.1. Lisboa/Rio de Janeiro, Portugal/ Civilização Brasileira, 1938. pp.96,7.
- ¹⁹ LEITE, S. *História da Companhia de Jesus no Brasil*.t.1. Lisboa/Rio de Janeiro, Portugal/ Civilização Brasileira, 1938. P.98
- ²⁰ LEITE, S. *História da Companhia de Jesus no Brasil*.t.1. Lisboa/Rio de Janeiro, Portugal/ Civilização Brasileira, 1938. Pp.99-101.
- ²¹ CARVALHO, R. *História do Ensino em Portugal: desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime de Salazar-Caetano*.Lisboa, Calouste Gulbenkian,2001.p.362.
- ²² CARVALHO, R. *História do Ensino em Portugal: desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime de Salazar-Caetano*.Lisboa, Calouste Gulbenkian,2001.pp.305-307.
- ²³ FRANCA, L. *O Método Pedagógico dos Jesuítas*. Rio de Janeiro, Agir, 1951.p.49. CARVALHO, R.. *História do Ensino em Portugal: desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime de Salazar-Caetano*.Lisboa, Calouste Gulbenkian,2001.p.334.

²⁴ CUNHA, L. A. *A Universidade Temporã: O ensino Superior da Colônia à Era Vargas*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.p25.

²⁵ FRANCA, L. *O Método Pedagógico dos Jesuítas*. Rio de Janeiro, Agir, 1951.p. 47

²⁶ CUNHA, L. A. *A Universidade Temporã: O ensino Superior da Colônia à Era Vargas*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980. p25.

²⁷ CARVALHO, R.. *História do Ensino em Portugal: desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime de Salazar- Caetano*.Lisboa, Calouste Gulbenkian,2001.pp.342-350.

²⁸ LEITE, S. *História da Companhia de Jesus no Brasil*.t.V. Lisboa/Rio de Janeiro, Portugália/ Civilização Brasileira, 1949, p. 193.

²⁹ LEITE, S. *História da Companhia de Jesus no Brasil*.t.1. Lisboa/Rio de Janeiro, Portugália/ Civilização Brasileira, 1945, p. 196.

³⁰ LEITE, S. *História da Companhia de Jesus no Brasil*.t.V. Lisboa/Rio de Janeiro, Portugália/ Civilização Brasileira, 1945, p. 103.